



O LUGAR DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO MUSEAL:
desafios, panorama e perspectivas

THE PLACE OF RESEARCH IN MUSEUM EDUCATION:
challenges, panorama and perspectives

EL LUGAR DE LA INVESTIGACIÓN EN LA EDUCACIÓN MUSEO:
desafíos, panorama y perspectivas

Ozias Jesus Soares¹
Carla Gruzman²

Resumo

O texto produz reflexões e elenca perspectivas para a educação museal no que se refere à dimensão das pesquisas. O atendimento ao público atribuiu à educação museal uma dimensão unicamente prática, e demais aspectos acabaram secundarizados. A partir dos anos 1980, predominantemente, observa-se um crescimento nas pesquisas neste campo. Alguns desafios históricos vêm sendo superados e aqui se destacam a criação de programas de pós-graduação e outros grupos de pesquisas em universidades e museus que vem acolhendo interessados no estudo de temas que atravessam o campo museal. Leva em consideração um recente conjunto normativo que organizou e consolidou o lugar da educação e da pesquisa nos museus. Tradicionalmente nos museus a pesquisa se direcionou à investigação sobre acervos, coleções ou personagens. Mais recentemente uma vertente que vem se afirmando são os estudos de públicos sob os mais diversos matizes. As reflexões aqui reunidas consideram que a pesquisa em educação museal precisa responder a um duplo desafio: atender a demandas de pesquisas relacionadas à necessidade de avanço teórico-conceitual; e, adensar investigações que realmente as práticas educativas nos museus. Em diálogo com a literatura e a partir de uma abordagem qualitativa, o artigo apresenta desafios ainda existentes nos museus. Embora com diferentes embates, sob a perspectiva do fortalecimento de políticas públicas de cultura, o texto debate os avanços legais, em especial a partir da dimensão participativa das redes de educadores e outras entidades representativas do campo, bem como as perspectivas abertas por elementos que indicariam caminhos promissores para a pesquisa no campo museal.

Palavras-chave: Museus, educação museal; pesquisas; políticas públicas.

Submetido em: 31/01/2019 **Aceito em:** 17/06/2019 **Publicado em:** 31/08/2019.

¹ Pesquisador em Saúde Pública no Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

² Pesquisadora e Educadora no Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz



Abstract

The text produces reflections and lists perspectives for museum education regarding research dimension. The growing investment in communication actions in the exhibitions has originated in the museum a change of focus towards the public, while giving museum education a practical dimension. Other aspects that involve the complexity of museums' educational role were later subdued. It is possible, predominantly since the 1980s, to observe a growth of researches in this field. Some historical challenges have been overcome, and here we can highlight the creation of graduate programs and the expansion of research groups in universities and museums, which have been welcoming those interested in the study of themes that cross over the field of the museum research. The text takes into account a recent normative set that has organized and consolidated the place of education and research in museums. Traditionally, scientific research in museums has been directed to its collections or to historical characters. More recently, a strand that has been asserting itself is related to visitor studies in their most diverse spectra. The reflections gathered here consider that research in museum education needs to respond to a double challenge: first, meeting the demands of research related to the need for theoretical-conceptual advancement; second, to deepen investigations that feedback on the educative practices in the museums. In a dialogue with the literature and based on a qualitative approach, the article discusses still existing challenges in museums. The text, although with different impacts from the perspective of strengthening public policies on culture, debates legal advances, especially from the participatory dimension of educator networks and other representatives of the field, as well as perspectives opened by elements that would indicate promising paths to the research in the field of museums.

Keywords: Museums, museum education; research; public policies.

Resumen

El texto produce reflexiones y enumera las perspectivas para la educación del museo con respecto a la dimensión de la investigación. La creciente inversión en acciones de comunicación en las exposiciones ha originado en el museo un cambio de enfoque hacia el público, al tiempo que le da a la educación del museo una dimensión práctica. Otros aspectos que involucran la complejidad del rol educativo de los museos fueron luego sometidos. Es posible, predominantemente desde la década de 1980, observar un crecimiento de las investigaciones en este campo. Se han superado algunos desafíos históricos, y aquí podemos destacar la creación de programas de posgrado y la expansión de grupos de investigación en universidades y museos, que han dado la bienvenida a aquellos interesados en el estudio de temas que cruzan el campo de la investigación del museo. El texto tiene en cuenta un conjunto normativo reciente que ha organizado y consolidado el lugar de la educación y la investigación en los museos. Tradicionalmente, la investigación científica en los museos se ha dirigido a sus colecciones o a personajes históricos. Más recientemente, un capítulo que se ha estado afirmando está relacionado con los estudios de los visitantes en sus espectros más diversos. Las reflexiones aquí reunidas consideran que la investigación en educación



museística deve responder a un doble desafío: primero, satisfacer las demandas de investigación relacionadas con la necesidad de avance teórico-conceptual; segundo, profundizar las investigaciones que retroalimentan las prácticas educativas en los museos. En un diálogo con la literatura y basado en un enfoque cualitativo, el artículo analiza los desafíos aún existentes en los museos. El texto, aunque con diferentes impactos desde la perspectiva del fortalecimiento de las políticas públicas sobre cultura, debate los avances legales, especialmente desde la dimensión participativa de las redes de educadores y otros representantes del campo, así como las perspectivas abiertas por elementos que indicarían caminos prometedores para el investigación en el campo de los museos.

Palabras clave: museos, educación museística; investigación; políticas publicas.

Introdução

Os museus experimentaram um expressivo crescimento quantitativo nas últimas décadas no Brasil. A visibilidade alavancada por novos museus ou exposições com grande força de atração de público podem estar no centro de uma leitura diversa daquela que ocupou um lugar tradicional ao longo do tempo e que considerava o museu como “lugar de coisa velha”. Fato é que haveria certa correspondência entre o lugar social dos museus e o imaginário popular, uma vez que museus trabalham com registros, conservação, guarda, memória, história de objetos e de tempos outros que evocam, em geral, o passado e o que se convencionou como importante para legar às gerações seguintes. Embora uma nova concepção de museu como lugar de encontros, de debates, de reflexões esteja em curso, os sedimentos daquela antiga compreensão ainda são bem visíveis.

Nesta mesma linha de entendimento, há leituras sobre outras dimensões dos museus que se originam a partir de elementos bastante objetivos presentes no cotidiano das instituições. Duas delas são objetos das linhas que se seguem e que se acham em estreita conexão: o lugar da educação e o lugar da pesquisa nos museus.

Embora os museus desenvolvam estratégias e ações educativas variadas, as visitas às exposições respondem pelo modo como eles se exteriorizam ao público em geral. A forma com que os museus se apresentam aos seus visitantes foi sendo modificada ao longo de sua história. Os primeiros museus, com suas coleções organizadas e dispostas de modo a exibir o



maior número possível de objetos (naturais ou artificiais), não possuíam explicitamente uma preocupação com o público. Tal preocupação foi sendo reelaborada na medida em que a própria concepção de ciência e de sociedade foi incorporando outras perspectivas. Conseqüentemente, alguns autores apresentam que um marco de uma nova concepção de museu pode ser visto a partir do final do século XVIII, notadamente com a Revolução Francesa (SANTOS, 1996; VALENTE, 2009; POULOT, 2009). Isso demonstrava que o acento no colecionismo de timbre aristocrático ou apenas a ênfase no uso dessas coleções para finalidades de investigação havia incorporado outra dimensão ou finalidade. Ou seja, a partir de então, o público, naquele contexto, deveria ter no museu um espaço para o cultivo da ideia de patrimônio, de nação, de desenvolvimento.

As mudanças trazidas pelo avanço da industrialização, que conjugavam ciência e técnica, também responderam por alterações marcantes no modo como os museus e suas exposições passaram a ser constituídos. No século XIX, as exposições universais demonstram a força de uma nova sociabilidade que pretendia educar as massas para o novo padrão da sociedade industrial.

Neste sentido, Barbuy aponta que “em vários pontos do globo, inclusive no Brasil, organizavam-se coleções – as de arte como as científicas – em instituições abertas ao público (ou a alguma faixa de público), sobretudo para fins de estudo e instrução. A linguagem das exposições - organizações sistemáticas e didáticas de objetos - tornava-se cada vez mais corrente” (1996, p.212). Os museus que exibiam os produtos do avanço tecnológico industrial, denominados como de segunda geração por McManus (1992), orientavam suas exposições para modelos demonstrativos, didáticos, com possibilidade de interação com o público.

Os museus e centros de ciências, denominados como de terceira geração por McManus (1992), voltam-se para o trabalho com conceitos e ideias, mais do que pela exposição de objetos como o eram nas gerações anteriores (museus de história natural e museus de ciência e técnica).

Esses elementos históricos que nos conferem contornos de como se organizavam museus e exposições, levam-nos a pensar no papel dos profissionais que operam nesses



espaços. Em primeiro lugar, convém observar que a existência de um binômio separando a produção da ciência, de um lado e o restante da sociedade, de outro lado, de uma maneira geral, é mantido ao longo da existência do museu. Inicialmente, a universidade é a grande parceira dos museus de primeira geração, uma vez que o colecionismo de objetos do mundo natural e do universo das culturas era tomado como importante suporte para a pesquisa e o ensino. Neste sentido, pesquisadores, cientistas e estudiosos constituíam-se no grupo que elaborava o que seria dado acesso ao público. Em alguma medida, é possível perceber a permanência de certa dicotomia que opõe trabalho intelectual e trabalho manual e que se expressaria de distintas formas no interior dos museus. A esse respeito, para ficar em um exemplo, Seibel-Machado (2009, p.53), ao discutir a adoção do termo “serviço” para se referir a instância organizacional nos museus a quem caberia a coordenação dos programas, projetos e ações em educação, entende que “a palavra ‘serviço’ implica em ação, em execução, e sugere a execução de propostas que foram elaboradas em uma outra instância e desse modo, ela exclui a reflexão e a formulação teórica que consideramos exercícios fundamentais no trabalho educativo”. Nesta mesma discussão, a autora aponta que a atuação dos setores educativos nos museus segue caracterizada por uma “separação entre os especialistas em educação/comunicação que atendem o público e os profissionais como museólogos, historiadores, cientistas e curadores que concebem e estruturam as exposições que o museu oferece ao público visitante” (SEIBEL-MACHADO, 2009, p 55). No início da década de 1990, Maria Margaret Lopes já compartilhava uma perspectiva semelhante ao apontar que os serviços educativos se estruturavam “para desobrigar pesquisadores da relação com o público” (LOPES, 1991, p. 8). De acordo com Lopes, as áreas educativas criadas para mediar as relações museus-escolas geravam, às vezes, “distorções internas aos museus, aprofundando separações entre especialistas de áreas de conhecimentos específicos e responsáveis por tarefas educativas” (LOPES, 1991, p. 5).

Embora imersos neste debate sobre o lugar ocupado pelos setores educativos, compreende-se que os educadores que trabalham diretamente com o público visitante representam uma fala institucional autorizada. Em função da forte presença do público escolar nas estatísticas de visitação dos museus, haveria uma associação dos educadores museais com



professores, em especial por parte dos escolares. No campo escolar, os professores figuram como aqueles que mediam a relação entre os saberes científicos e os saberes de ensino. Os educadores em museus vêm sendo apresentados como aqueles que mediam os saberes presentes nos conteúdos musealizados e o público, os valores institucionais e as narrativas apresentadas pelos objetos, entre outros. Desse modo, é conveniente reconhecer que a dicotomia entre quem produz e a quem cabe a tarefa de traduzi-la ao público ainda seja um desafio a ser enfrentados pelos museus.

Alguns museus preconizam a mediação humana como fundamento para a relação que estabelecem com seus públicos. Outros museus preferem apostar numa perspectiva de exposições onde prevaleça a maior autonomia do público em relação ao percurso, usos de tecnologias digitais e interação com diversos aparatos, deixando um mediador – quando há – apenas para eventuais dúvidas ou um diálogo mais próximo com os visitantes.

Outro elemento bastante comum no contexto dos museus brasileiros é a presença de estagiários, bolsistas ou voluntários desenvolvendo as ações educativas. Se de um lado, o museu é tomado como espaço formativo e laboral, de outro lado, a curta permanência de tempo desses sujeitos nas instituições, impedindo que um programa de qualificação de longo prazo seja estabelecido, pode se configurar como um ponto de fragilidade. O contato com dados empíricos e a partir de narrativas trazidas pelas redes de educadores em museus no Brasil vem apontando, inclusive, museus onde a área educativa é quase totalmente desenvolvida por estagiários.

Em termos práticos e conceituais esse quadro apontaria para o lugar em que a educação, os educadores, os chamados “serviços educativos” se situam no contexto dos museus. Circunstâncias financeiras, de gestão e de concepção terminam por corroborar para um entendimento difuso de que um educador museal seja tão somente alguém que atua na mediação de conteúdos de uma exposição na sua relação com o visitante. Pensando nesta direção, a literatura aponta que o lugar da educação nos museus obedeceu a uma lógica inscrita nos processos de fragmentação e de hierarquização do trabalho museal, denotando a necessidade de diálogos.



Tendo como pano de fundo a problematização feita até este ponto, as linhas a seguir tem o objetivo de trazer para o debate um breve panorama de avanços percebidos no campo das pesquisas no âmbito da educação museal, no campo das políticas públicas e elenca alguns desafios colocados para educadores, pesquisadores e instituições culturais. Na primeira parte do texto pontuamos o modo como as funções clássicas dos museus se constituíram. Em seguida, destacamos como o campo da educação museal vem figurando através dos grupos de pesquisa nos últimos anos. Um terceiro ponto traz um conjunto normativo que vem consolidando o campo da educação museal e que contribui para fundamentar o trabalho das pesquisas nos museus. Por fim, destacamos um conjunto de pesquisas capazes de demonstrar o quanto vem sendo profícuo o trabalho nesta área do conhecimento e que vem qualificando cada vez mais a educação museal no Brasil.

Um panorama sobre novas perspectivas e avanços em pesquisas no campo museal

Um ponto fundamental que introduz esta seção diz respeito ao modo como os museus se estruturaram. Enquanto missão fulcral, eles se estabeleceram a partir de três pilares distintos e interdependentes: a preservação, a pesquisa e a comunicação. O primeiro atua fundamentalmente com a aquisição, conservação e gestão das coleções. O segundo pilar tem sido tradicionalmente associado à investigação ou produção de conhecimentos sobre as coleções e objetos. A comunicação, por seu tempo, compreende a possibilidade de disponibilização do acervo ao público, estabelecendo uma relação entre o visitante e os bens culturais musealizados. Neste terceiro pilar a educação e as exposições encontram-se inseridos, embora alguns autores reivindiquem certa autonomia da educação em relação à comunicação³.

Partindo de uma compreensão de interdependência dos três pilares, não é algo novo a reivindicação por um equilíbrio, uma simetria entre essas funções clássicas dos museus. Nos

³ Essa reivindicação aparece, por exemplo, no Princípio 1 da Política Nacional de Educação Museal: “estabelecer a educação museal como função dos museus, reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, conservação, comunicação e pesquisa” (IBRAM, 2018, p.123).



anos de 1970 já corria um debate sobre a adoção de uma perspectiva de complementaridade e interdependência expressa, por exemplo, em apontamentos de Vinos Sofka, um dos criadores do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM). Para Sofka, “o pré-requisito lógico que permite aos museus desempenhar seu papel nos dias atuais é o amálgama entre as suas três principais funções, isto é, preservar, pesquisar e difundir conhecimento” (2009, p.80). Todavia, discute o autor, um dos renomados autores da museologia mundial, que tais tarefas terminam não tendo o mesmo valor e importância, embora sendo cada uma delas uma condição para que as demais sejam desenvolvidas.

Em modo semelhante tal como a educação foi percebida como uma tarefa de importância subsidiária ou apenas executória no campo dos museus, a pesquisa foi circunscrita, em determinados momentos, ao âmbito do trabalho com os acervos, num esforço (evidentemente importante) de conhecer sua história, origem, usos e contexto para, dessa forma, classificá-los e descrevê-los. A tradição do modelo PPC (preservação, pesquisa e comunicação), produziu de um lado uma ênfase na investigação sobre acervos, coleções, personagens com efeitos sobre curadorias de exposições; de outro lado, sedimentou a ideia de uma educação/comunicação com o público a partir de conteúdos constituídos sem a participação dos educadores; por fim, uma perspectiva de preservação terminou por centralizar esforços nos processos de guarda e conservação, tendo em vista a longevidade dos objetos. Tais constatações implicam dizer que aquelas funções clássicas se constituíram a partir daquilo que as singularizavam, com uma forte inclinação para a compartimentalização e fragilização no diálogo. Concordando com Julião, propondo uma relação equilibrada e relacional, a conservação é imprescindível para que a vida útil do acervo seja legada às próximas gerações, “a comunicação, entendida como relação homem e objeto, constitui o fim último da ação dos museus”, e, por fim, “a pesquisa é a função capaz de garantir vitalidade à instituição museológica, regendo praticamente todas as suas atividades” (2006, p. 104).

No contexto brasileiro vemos avançar a ideia de que a dimensão educativa dos museus não está, ou não deve estar dissociada da pesquisa/investigação nas suas diversas possibilidades. A ampliação e o acolhimento de temas na pós-graduação (*lato e stricto sensu*) que investigam a educação museal, seus aspectos constitutivos e suas expressões nas



diferentes tipologias de acervos, podem servir de termômetro para qualificar o quanto o trinômio pesquisa-educação-formação vem se consolidando.

No sentido de situar o crescimento da atenção dada às pesquisas no campo museal, tomamos como exemplo nestas reflexões um panorama da constituição de grupos de pesquisa no Diretório do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Estabelecendo alguns filtros para a busca dos grupos de pesquisa que oferecem a possibilidade de acolher investigações no campo museal, percebe-se um crescimento bastante expressivo. Para efeito dessa busca foram utilizados alguns termos-chave na base de dados do Diretório. Dois filtros foram fundamentais nesse levantamento. Primeiro, de acordo com o menu de opções da Base, poderiam ser utilizados (A) uma combinação de palavras onde todas elas serviriam de parâmetros, ou (B) um conjunto de palavras, onde qualquer uma delas poderia servir de filtro, ou ainda (C) uma busca exata, na qual as palavras utilizadas deveriam necessariamente figurar nos resultados da busca. Optamos pelo filtro A, no qual utilizamos os seguintes termos na busca: (1) “educação não formal”, (2) “museus”, (3) “educação em museus” e (4) “museu e educação”. Embora reconhecendo os limites de qualquer filtro em levantamentos dessa natureza, levou-se em conta uma produção consolidada que tanto tratam de “museus” ou da combinação de “educação” com “museus” ou ainda os debates sobre a modalidade da “educação não formal”⁴. O Diretório oferece diferentes ferramentas e filtros para a produção dos dados. A busca levou em consideração que as palavras inseridas na base poderiam ser procuradas no “nome do grupo”, no “nome da linha de pesquisa”, ou em “palavras-chave da linha de pesquisa”.

Um segundo filtro no levantamento foi perceber quantos grupos de pesquisa havia atualmente (2019), a partir dos termos de busca, e quantos já eram certificados no ano de 2004; portanto, trata-se do maior intervalo (acima de 15 anos) oferecido pelo Diretório. No

⁴ A forma de educação ocorrida fora do espaço escolar foi designada por muitos autores como “educação não formal”, tomando como parâmetro de “formalidade” aspectos como certificação, normatização pública dos sistemas de ensino, currículo seqüencial e gradual, avaliação de rendimento educacional, entre outros. Um conjunto de instituições e de educação popular figurou nessa classificação “não formal”, incluindo os museus (GARCIA, 2005; TRILLA, 2008; LIBANEO, 2008; GOHN, 2010). Merece atenção alguns debates que problematizam esta classificação atualmente (SOARES, 2016, CASTRO, 2015; MARANDINO, 2017)

campo “anos de existência do grupo”, há a possibilidade de filtrar os grupos certificados há “menos de 1 ano”, “1 – 4” anos, “5 – 9” anos, “10 -14” anos, ou “15 ou mais”.

O resultado desse levantamento aponta claramente o quanto as pesquisas neste âmbito em geral e o da educação em museus, em particular, vem assumindo protagonismo em muitos grupos de pesquisas no país. O gráfico seguinte (Figura 1) oferece o panorama deste crescimento.

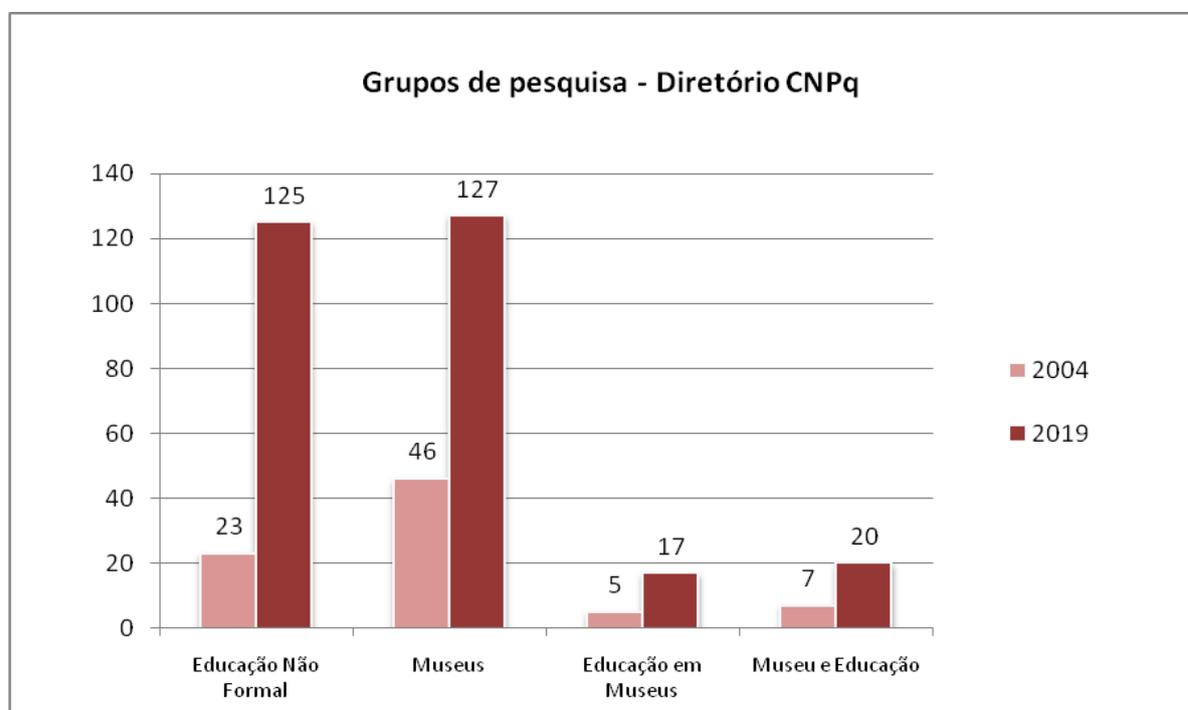


Figura 1 - Grupos de Pesquisa - Diretório CNPq 2004 e 2019. Fonte: os autores

Os grupos de pesquisa apresentados pelo Diretório estão distribuídos em diversas áreas do conhecimento (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes, e Outras não especificadas na base). Também são vinculados a diversas instituições públicas e privadas (universidades, museus, institutos de pesquisas, colégios, autarquias diversas). O levantamento realizado considerou todos os grupos certificados a

partir dos termos de busca utilizados. Foram incluídos na busca os grupos que não estavam atualizados à data do levantamento. Embora alguns não estejam atualizados, deve-se ter em conta que foram criados a partir de iniciativas que abarcam ou abarcavam os estudos atinentes a museus e seus temas, o que seria indicativo suficiente para demonstrar avanços neste campo.

É fundamental ainda situar este crescimento num movimento maior de ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Hoje são 13 cursos de Museologia no Brasil, cenário bastante diverso daquele visto no início da década de 1970, quando havia apenas dois cursos no Brasil (TANUS, 2013).

Outro dado relevante ao se analisar o avanço da pesquisa no campo dos museus é olhar para a criação de novos programas de pós-graduação. Segundo dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o número de Programas de pós-graduação avançou de 3.337 para 4.175 programas entre os anos de 2013 e 2016⁵. Conforme apontam Cirani, Campanario e Silva (2015), a pós-graduação stricto sensu, somava 2.417 programas no ano de 1999.

Nesta mesma direção, em se tratando de grupos de pesquisa, dados do CNPq informam que em 2004 havia 19.470 grupos certificados e no ano de 2016 esse número salta para 37.640 grupos (dados disponíveis em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-area1>).

De modo semelhante merece destaque no âmbito destas reflexões, o crescimento do número de museus no Brasil. No início do século XX eram pouco mais de 10 museus e no ano de 2015, segundo dados do Cadastro Nacional de Museus⁶, registrava-se a existência de 3.640 museus no país, sendo que o crescimento exponencial ocorreu a partir da década de 1970 (IBRAM, 2011, p. 59). Números mais otimistas recentemente apontam para a existência de mais de quatro mil museus no Brasil.

⁵ Dados disponíveis em <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8558-avaliacao-da-capes-aponta-crescimento-da-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em 21/01/2019.

⁶ Esses dados podem ser obtidos no endereço <http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/filtrarUf>. Acesso em 21/01/2019.



Políticas públicas de cultura, pesquisas e educação museal

Na compreensão deste movimento e crescimento, convém ressaltar a existência de um conjunto normativo no campo das políticas públicas nos últimos quinze anos que contribuiu para organizar e consolidar o lugar da educação e da pesquisa nos variados espaços museais. Embora as políticas de cultura tenham expressado com evidência um caráter de descontinuidade ao longo de todo o século XX, conforme demonstrou o estudo de Castro (2018), e ainda enfrente oscilações e conflitos que buscam fragilizá-las, cabe lançar luzes sobre as iniciativas ocorridas desde o início deste século na direção do fortalecimento deste conjunto normativo e das instâncias decisórias e de participação. Castro e Soares (2018) elencam parte importante dessas iniciativas desde os anos 2000, tais como: a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/PNPI (2000); a elaboração da Política Nacional de Museus (2003); a instituição do Fórum Nacional de Museus, a criação do Sistema Brasileiro de Museus, ambos em 2004; a criação do Cadastro Brasileiro de Museus (2005); a iniciativa do Observatório de Museus e Centros Culturais (2005); a criação do Instituto Brasileiro de Museus, Estatuto de Museus e a definição de parâmetros para a criação do Plano Museológico, todos no ano de 2009; a criação do Plano Nacional Setorial de Museus (2010) com previsão de duração de 10 anos; o Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010); a criação do primeiro doutorado em museologia do Brasil e América do Sul, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio, 2011) e a definição de uma Política Nacional de Educação Museal (2017), construída de forma participativa entre os anos de 2012 e 2016.

A maioria dessas iniciativas em políticas públicas traz explícita ou implicitamente a necessidade de investimentos em pesquisas. A Política Nacional de Educação Museal (PNEM), por exemplo, pontua demandas de pesquisas em diversos de seus dispositivos.

No Eixo II da PNEM (Profissionais, formação e pesquisa), três diretrizes apontam diretamente para essas demandas: “Fortalecer a pesquisa em educação em museus e em contextos nos quais ocorrem processos museais, reconhecendo esses espaços como produtores de conhecimento em educação”; “Promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas específicas do campo por meio da articulação entre os setores educativos e agências de

fomento científico, universidades e demais instituições da área” e “Promover, em colaboração com outros setores dos museus, diagnósticos, estudos de público e avaliação, visando à verificação do cumprimento de sua função social e educacional”. (IBRAM, 2018, p.)

Antes da divulgação da PNEM, o Estatuto de Museus já trazia em pelo menos dois de seus dispositivos o imperativo da pesquisa. No artigo 1º a Lei, ao definir o entendimento sobre o conceito de “museu”:

“Art. 1º - Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, *estudo, pesquisa*, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (grifo dos autores)

Em seu artigo 28, o Estatuto de Museus amplia a compreensão da dimensão da pesquisa no museu, entendendo que “o estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas *em todas as áreas dos museus*, no cumprimento das suas múltiplas competências” (art. 28, grifo dos autores).

Olhando para a cultura de uma maneira mais abrangente, todavia, articulada aos diversos contextos institucionais, o Plano Nacional de Cultura (2010) defende um conjunto de estratégias e metas onde a pesquisa nos museus/a partir dos museus se faz presente em vários dispositivos.

No ano de 2010 quando foi elaborado o Plano Nacional Setorial de Museus, a pesquisa se constituiu em elemento fundamental. Dentre um expressivo número de referências à pesquisa neste documento cabe o destaque aqui de apenas três: “Promoção de equipes de pesquisa em museus ou de núcleos de pesquisa bem como o apoio e estímulo à formação continuada desses profissionais”. (IBRAM, 2010, p.22); “Assegurar fomento para pesquisas que contemplem a produção simbólica, a diversidade cultural no espaço museológico e para o desenvolvimento de ações educativo-culturais e formação na área dos museus”. (IBRAM, 2010, p.29); “Fortalecer os museus como espaços de discussão, interação, pesquisa e conhecimento, levando em consideração a produção simbólica e a diversidade cultural,



garantindo, ainda, a participação efetiva da sociedade nos processos museais”. (IBRAM, 2010, p.46).

Tais destaques podem indicar, do ponto de vista normativo e também sob uma perspectiva de mobilização e participação, o quanto não é trivial falar de um amadurecimento do campo no tocante ao quesito pesquisa e produção de conhecimento.

Por outro lado, um desafio colocado para o campo museal é a realização de estudos que dêem conta de dimensionar o volume da produção acadêmica proveniente dos museus e seus profissionais ou que tem nos museus e suas práticas o objeto de investigação. Esse mapeamento do estado da arte da produção museal é desafiador em função da dispersão dessa mesma produção em diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa de Emerich (2017), a partir do Portal de Periódicos Capes, traz indicações importantes sobre a produção pulverizada em diversas áreas e subáreas e que, se buscada apenas em “Educação” (subárea de Humanas) ou “Museologia” (subárea de Ciências Sociais Aplicadas), o volume de publicações é bem aquém de outras áreas já consolidadas. A autora tomou como base apenas o Portal de Periódicos da Capes, reconhecendo que um volume maior dessa produção em/sobre educação em museus possa estar distribuído em diversas outras bases, inclusive em publicações dos próprios museus.

Outro elemento que ainda incide sobre a dispersão da produção nas diversas áreas do conhecimento refere-se às tipologias de acervos ou modelos conceituais de museus. No Brasil encontramos uma diversidade de modelos conceituais aparecendo, em quantidade de unidades museológicas, na seguinte ordem: museus de história, artes visuais, imagem e som, antropologia e etnografia, arqueologia, ciências naturais e história natural, ciência e tecnologia, biblioteconômico, virtual, documental, arquivístico e outros (IBRAM, 2011, p.76). Além disso, os museus não são homogêneos em sua forma, tamanho de equipe ou vínculos administrativos e jurídicos. Embora a maioria dos museus brasileiros sejam públicos (Federais, Estaduais e Municipais), alguns, em tese, têm maiores chances de produção de pesquisas do que outros. Diante disso, a característica de uma produção pulverizada em muitas áreas e bases é compreensível, ao mesmo tempo em que conduz ao desafio de pensar estratégias que possam dar visibilidade à produção de conhecimento proveniente dos museus



ou sobre museus, especialmente no que respeita às finalidades deste texto, sobre a educação museal.

Deve-se acrescentar ainda outro aspecto neste debate que é o campo das possibilidades de pesquisa e produção de conhecimento no campo museal. Situando tais possibilidades a partir da perspectiva de Jean Davallon (1995, apud DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013), a pesquisa, no quadro do museu ou ligada a ele, pode ser dividida em quatro categorias. Um primeiro conjunto constitui-se pela produção de conhecimento que toma por base o estudo das coleções do museu, apoiando-se, segundo o autor, essencialmente sobre as disciplinas de referência ligadas ao conteúdo das coleções (história da arte, história, ciências naturais, etc.). Um segundo grupo de pesquisas refere-se à produção de conhecimento com vistas ao desenvolvimento de instrumentos museográficos: materiais e normas de conservação, de estudo ou de restauração, pesquisas de públicos, métodos de gestão entre outros. Segue-se uma terceira categoria de pesquisas que pretende produzir reflexões sobre a missão e o funcionamento do museu, especialmente centradas em aspectos filosóficos e históricos; e, por fim, um quarto conjunto que se relaciona à produção de conhecimento associados a reflexões e análises sobre a instituição nos seus aspectos midiáticos e patrimoniais. Neste grupo, a educação, a comunicação e as exposições emergem como temas de interesse de investigações. Embora tais categorias não se apresentem necessariamente isoladas ou independentes, entende-se que há, nas diferentes pesquisas, uma predominância de uma ou outra classificação proposta por Davallon. Da mesma forma, cumpre destacar que a classificação proposta pelo autor não esgota o universo possível de investigações.

Se não é possível, pelos limites deste texto, estabelecer que estudos e pesquisas estariam mais presentes nos museus ou sobre os museus e suas dimensões, é possível apontar que uma das investigações mais antigas e dinâmicas neste contexto e que trazem rebatimentos diretos para a educação museal são os estudos de público. Almeida (1995) aponta que em 1916, Benjamin Gilman, nos EUA, já estudava o que chamava de “fadiga de museus” que se traduzia para em seu estudo por vitrines mal estruturadas, museu como lugar tenebroso e depósito de velharias. A autora traz ainda o dado que nos anos de 1920, Otto Neurath, em Viena, avalia uma exposição sob o entendimento de que o eixo do Museu é o visitante no



intuito de compreender suas necessidades e desejos para a consequente tomada de decisão de comunicação. Já entre 1928 e 1931, segundo a pesquisadora, Edward Robinson e Arthur Melton (EUA) conduzem estudos empíricos de observação de público no museu para compreender suas reações e outros aspectos. Entre outros exemplos de investigações desta natureza, Almeida destaca os estudos de Harris Shettel que foi pioneiro na utilização de maquetes da exposição para antecipar reações do público (1995, p. 326).

Recentemente, uma série de outros estudos que colocam o público dos museus como protagonistas de investigações sob diversos matizes e metodologias tem sido fundamental para subsidiar o trabalho da educação/comunicação e desenvolvimento de público. Um estudo com uma abordagem sociológica foi feito por Bourdieu e Darbel nos anos 1960 e que inspirou uma série de outras investigações e ações nos museus. Os pesquisadores buscavam entender que influências socioculturais estariam na base do hábito de visitas a museus e centros culturais no contexto europeu (BOURDIEU e DARBEL, 1985). Aqui no Brasil um grupo de pesquisadores em anos recentes se debruçou sobre os estudos de público a partir de diversas abordagens (CURY, 2004; CAZELLI, 2005; KÖPTCKE, 2005; KÖPTCKE, CAZELLI, LIMA, 2005; DAMICO, STUDART, 2008; COIMBRA, CAZELLI e FALCÃO, 2012; MANO, DAMICO, 2013; MANO et al., 2017).

Outro leque de investigações tem se dedicado aos processos de educação e comunicação que ocorrem no âmbito das exposições em museus (HOOPER-GREENHILL, 1994; MARANDINO, 2001; ALMEIDA e LOPES, 2003; FALK e STORKSDIECK, 2005; NASCIMENTO e VENTURA, 2005; FALCÃO e GILBERT, 2005; CURY, 2005; BIZERRA, 2009; VALENTE, 2010; PEDRETTI, 2012; KÖPTCKE, 2012; GRUZMAN, 2012).

Outro desafio que convém trazer aqui refere-se à dimensão da formação. Embora não seja objetivo deste texto tratar desta questão, cabe aqui uma breve bifurcação para apontar o quanto as questões relativas à educação museal figuram de modo tímido nos currículos. Em um estudo que contemplou o curso de Pedagogia de quatro universidades na cidade do Rio de Janeiro, Souza (2016) identificou que raramente o debate sobre a educação museal é trazido na formação inicial. O mesmo estudo identificou um conjunto de museus no Rio de Janeiro



que admite Pedagogas e Pedagogos em seus quadros, todavia, a formação desses profissionais para atuarem nos espaços museais se dá no próprio cotidiano. Caberia indagar se os currículos das licenciaturas ou da museologia contemplam conteúdos ligados ao campo dos museus, do ponto de vista teórico e prático, o que seria outro debate que não será realizado nessas linhas.

Há que se reconhecer, todavia, o esforço de professores, educadores e de instituições no sentido de oferecer uma formação inicial que contemple um debate e instrumentalização para a educação museal. (PUGLIESE, 2015; GRUZMAN, et. al., 2018; SOARES, GRUZMAN e MORAES, 2017, 2018). Fica registrado a tarefa investigativa de mapear e dar visibilidade às iniciativas nesta direção que podem ensejar novas experiências formativas.

Considerações finais

Conforme os dados trazidos acima, o incremento dos grupos de pesquisa que trabalham os temas relativos ao campo dos museus é algo relevante e comemorável. Todavia, cabe reconhecer que algumas lacunas ainda precisam ser discutidas no campo da formação e que possuem rebatimentos diretos sobre a dimensão da pesquisa e produção do conhecimento nos museus.

Diante dessas reflexões é reconhecido que houve avanços significativos do ponto de vista da capacidade de mobilização e articulação dos atores do campo museal, com consequente constituição de um corpus normativo e organizativo fundamental para o fortalecimento das pesquisas e práticas em educação museal. Recentemente fortalece-se a crítica de que a educação museal ou os setores educativos não representam um lugar tarefeiro nos museus.

Um movimento mais amplo é constatado tanto no quantitativo de museus no Brasil, quanto na constituição de programas de pós-graduação e criação de grupos de pesquisa que discutem ou acolhem investigações sobre as diversas dimensões e práticas museais. Este movimento também tem como pano de fundo um conjunto de políticas públicas fundamental na consolidação do campo museal, conforme apontamos aqui. Sobretudo, é essencial perceber



a mudança no entendimento numa direção de que as funções e dimensões museais devem estar em estreita articulação e interdependência. Isso representa destacar que educação e pesquisa, bem como pesquisas em educação museal são centrais no sentido de fazer avançar o conhecimento teórico e conceitual e também de alimentar as práticas educativas de modo cada vez mais qualificado.

O Brasil possui o maior número de museus ligados a universidades e a instituições de pesquisa na América do Sul. Segundo dados da *University Museums and Collection*, o país reúne 72,4% (n = 139) de museus ligados à universidade nesta fração continental (Marques e Silva, 2011, p. 65). Dados mais recentes do Cadastro Nacional de Museus, indicam o quantitativo de 162 museus com vínculos com a universidade. Deve-se somar a este número outros museus ligados a instituições de pesquisas, o que, em tese, coloca um elemento importante nesse contexto que são as possibilidades de uma estrutura que propicie avanços nesses espaços. Sobretudo, essas instituições podem servir de apoio e de criação de metodologias e outras ferramentas de investigação que ajudariam demais museus no incremento de pesquisas de diversas naturezas.

As redes de educadores espalhadas pelo país, os sistemas estaduais de museus, o Sistema Brasileiro de Museus e outras instâncias representativas, a Política Nacional de Educação Museal e outras mobilizações pelo país tem se constituído em um promissor momento para a produção de conhecimento no campo dos museus.

Considerando um quadro virtuoso aqui apresentado, embora conhecedores de limites e desafios e de tarefas inconclusas, torna-se indispensável pensar que caminhos de reflexões e práticas podem ser construídos no sentido de que as pesquisas, de alguma forma, alimentem um trabalho mais qualificado no campo da educação museal.

Referências:

ALMEIDA, A. M.; LOPES, M. M. Modelos de comunicação aplicados aos estudos de públicos de museus. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté: Unitau, v. 9, n. 2, p. 137-145, jul./dez. 2003.



ALMEIDA, Adriana Mortara. Estudos de Público: a avaliação de exposição como instrumento para compreender um processo de comunicação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 5, p. 325-334, dec. 1995.

BARBUY, Heloísa. O Brasil vai a Paris: Um lugar na Exposição Universal. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4 p.211-61 jan./dez. 1996

BIZERRA, A. F. *Atividade de Aprendizagem em Museus de Ciências*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *L 'amour de l 'art. les musées d 'art européens et leur public*. Les editions de Minuit, Paris. 1985

BRASIL. *Estatuto dos Museus*. Lei n. 11.094/2009. Brasília, DF, 14 de Janeiro de 2009.

_____. *Plano Nacional de Cultura – PNC*. Lei n. 12.343/2010. Brasília, DF, 2 de Dezembro de 2010.

CASTRO, Fernanda Rabello de. Há sentido na Educação Não Formal na perspectiva da Formação Integral? In: *Museologia e Interdisciplinaridade*, v. IV, n. 08, dez. 2015.

_____. *Construindo o campo da educação museal: um passeio pelas políticas públicas de museus no Brasil e em Portugal*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação/Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

CASTRO, Fernanda S. R. ; SOARES, Ozias de Jesus . Políticas Públicas: garantia do direito à cultura e à memória. *MOUSEION (UNILASALLE)*, v. 1, p. 30-42, 2018.

CAZELLI, Sibeles. *Ciência, cultura, museus, jovens e escola: quais as relações?* Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.



CIRANI, Claudia Brito Silva; CAMPANARIO, Milton de Abreu and SILVA, Heloisa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. *Avaliação* (Campinas) [online]. 2015, vol.20, n.1, pp.163-187.

COIMBRA, Carlos; CAZELLI, Sibeles; FALCÃO, Douglas; VALENTE, Maria Esther. Tipos de audiência segundo a autonomia sociocultural e sua utilidade em programas de divulgação. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, jan./mar., n. 188, p. 113-124, 2012.

CURY, Marília Xavier. Os usos que o público faz dos museus: a (re)significação da cultural material e do museu. *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, v. 1, n. 1, p. 87-106, 2004.

_____. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, n. 3, p.365-380, 2005.

DAMICO, J.S; STUDART, D.C. *Estatísticas de visitação: 1999 a 2007*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Casa de Oswaldo Cruz / Museu da Vida, 2008. (Cadernos Museu da Vida; 1). 35p.

DAVALLON, J., (1995). “*Musée et muséologie. Introduction*”, in *Musées et Recherche*, Anais da conferência realizada em Paris, em 29, 30 de novembro e 1 de dezembro de 1993, Dijon, OCIM.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

EMERICH, Adriana Malaman. *Estudo bibliométrico no Portal Capes: termos e conceitos em educação em museu*. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Ppact, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017.

FALCAO, D.; GILBERT, J. Método da lembrança estimulada: uma ferramenta de investigação sobre aprendizagem em museus de ciências. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 12, supl. p. 93-115, 2005 .



FALK, J; STORKSDIECK, M. Learning science from museums. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.12. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Oswaldo Cruz, p.117-144, 2005.

GARCIA, Valéria Aroeira. Um sobrevôo: o conceito de educação não formal. In: FERNANDES, Renata Sieiro e PARK, Margareth Brandini (orgs.). *Educação Não-Formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas, SP; UNICAMP/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005. p. 19-43

GRUZMAN, Carla. *Educação, Ciência e Saúde no Museu: uma análise enunciativo-discursiva da exposição do Museu de Microbiologia do Instituto Butantan*. 2012.00f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GRUZMAN, Carla. ; SOARES, Ozias de Jesus ; GONZALEZ, Ana Carolina. S. ; REIS, Bianca. S. S. ; SOARES, Marcus ; MORAES, Carolina. M. R. ; AMARAL, Marise. B. ; SALOMAO, Simone. R. . Museus de Ciências e formação inicial de professores: discutindo metodologias de investigação sobre apropriação do discurso expositivo. In: XV Congresso da RedPOP, 2018, Buenos Aires. XV CONGRESSO DA REDPOP *Nuevas Maneras de popularizar la ciencia*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 2018. v. 1. p. 520-525.

HOOPER-GREENHILL, E. Education, communication and interpretation: towards a critical pedagogy in museums. In: *The educational role of the museum*. London: Routledge, p. 3-25, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020*. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Museus em números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Cadastro Nacional de Museus/2ª edição*, 2014. Disponível em <http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/listarPorUf?uf=RJ> . Acesso em 10 de janeiro de 2016.



INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM/MinC, 2017.

JULIÃO, L. Pesquisa Histórica no Museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU/ Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil, In: Chagas, M., S., (org.) *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, 2005. pp. 184-205.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Público, o X da questão? a construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. *Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 1, p.209-235, jan./jul. 2012.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda; CAZELLI, Sibebe; LIMA, José Matias de. *Museus e seus visitantes: relatório de pesquisa perfil-opinião 2005*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2008.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e Pedagogos: pra quê?* São Paulo: Cortez, 2008.

LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. *Educação e Sociedade*, n. 40, p. 443-455, dez. 1991.

MANO, Sonia; CAZELLI Sibebe; COSTA, Andréa Fernandes; DAMICO, José Sergio; SILVA, Loloano Claudionor da; CRUZ, Wailã de Souza; GUIMARÃES, Vanessa Fernandes. *Museus de Ciência e seus visitantes: estudo longitudinal - 2005, 2009, 2013*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Casa de Oswaldo Cruz / Museu da Vida, 2017.

MANO, S.M.F.; DAMICO, J.S.; 2013. *O que dizem os ausentes? Um estudo qualiquantitativo sobre visitas agendadas e não realizadas no Museu da Vida (2002-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Casa de Oswaldo Cruz / Museu da Vida, 2013. (Cadernos Museu da Vida; 4). 36p.



MARANDINO, M. *O conhecimento biológico nos museus de ciências: análise do processo de construção do discurso expositivo*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal?. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017

MARQUES, R. S.; SILVA, R. M.L. O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. *Rev. Elet. do PPG-PMUS Unirio | MAST* - vol. 4 no 1, 2011. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/149/> Acesso em: 10 jan. 2017

MCMANUS, Paulette M. 1992. *Topics in Museums and Science Education*. Studies In: Science Education, n. 20, p. 157-182.

NASCIMENTO, S. S.; VENTURA, P. C. S. A dimensão comunicativa de uma exposição de objetos técnicos. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 11, n. 3, dez. 2005.

PEDRETTI, E. The medium is the message: Unraveling visitors's experiences of Body Worlds and the Story of the Heart. In E. Davidsson and Anders Davidsson (Eds). *Understanding interactions at science centers and museums – A sociocultural perspective* (pp. 45-62). The Netherlands: Sense Publishers, 2012.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. SP: Estação Liberdade, 2009.

PUGLIESE, A. *Os museus de ciências e os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas: o papel desses espaços na formação inicial de professores*. 2015. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (FEUSP), São Paulo, 2015.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXVIII, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-36.

SEIBEL-MACHADO, Maria Iloni. *A Educação nos Museus de Ciências: o papel dos Serviços Educativos e suas relações com os objetivos do museu e com o público interno e externo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História e Ensino das Ciências da Terra. IGC/UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2009. 244p.

SOARES, Ozias de Jesus. Apontamentos sobre desafios dos espaços-tempos de educação: museus, escolas e outras conversas. In: LIMA-TAVARES, D., VILELA, M.L., AYRES, A. C. M., MATOS, M. (orgs). *Tecendo laços docentes entre ciência e culturas*. Curitiba: Prismas, 2016.

SOARES, Ozias de Jesus; GRUZMAN, Carla. ; MORAES, Carolina. M. R. . Práticas educativas em exposições de museus de ciências e formação de professores: estabelecendo conexões.. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2017, João Pessoa. *Anais do IV Congresso Nacional de Educação*. Campina Grande: Editora Realize, 2017. v. 1. p. 01-06.

SOARES, Ozias de Jesus; GRUZMAN, Carla. ; MORAES, Carolina. M. R. . Formação e trabalho docente na relação com museus de ciências. In: III JORNADA IBEROAMERICANA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO, 2018, Brasília. *Anais da III Jornada Iberoamericana de políticas educacionais e experiências interdisciplinares em educação*. Recife: Even3, 2018. v. 3. p. 1-14.

SOFKA, Vinos. A pesquisa no museu e sobre o museu. In.: *MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO* - vol.II no 1 - jan/jun de 2009. Tradução de T. Scheiner.

SOUZA, Renata Nascimento de. *O pedagogo e os espaços não escolares: a atuação nos museus*. Dissertação (mestrado em Educação) - Departamento de Educação, PUC RJ, Rio de Janeiro, 2016.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In.: *Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos/* Valéria Amorim Arantes (org.). São Paulo: Summus, 2008 p. 15-58

VALENTE, M. Esther. Educação e Museus: a dimensão educativa do Museu. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. S.; LOUREIRO, M.L. *Museu e Museologia: interfaces e Perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009.



VALENTE, M. E. Especificidades da Comunicação em Museus de Ciência e Tecnologia Brasileiros. In: Aline M. Magalhães, Rafael Bezerra, Sarah, Fassa Benchetrit. (Org.). *Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, v. 1, p. 1-400.